

E a juventude levantou suas bandeiras...

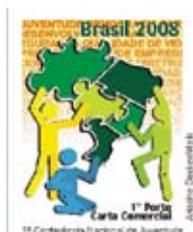
Fernando Garcia*

Militantes do movimento estudantil, da diversidade sexual, jovens ambientalistas, rappers, grafiteiros e dançarinos do movimento hip-hop, skatistas, atletas, membros de fóruns ou redes, sejam elas de ONGs ou de movimentos juvenis, ou simplesmente preocupados com o bairro, com a política, com a educação, com a saúde ou com a preservação da natureza. Toda essa turma lotou as várias etapas da Conferência Nacional de Juventude, um amplo e rico processo de debates que, com o lema “Levante sua bandeira!”, começou em 22 de setembro (Dia Internacional da Juventude) do ano passado e estendeu-se até o último dia 30 de abril, com a realização da etapa nacional da Conferência em Brasília, reunindo cerca de dois mil delegados.

Durante todo o processo foram realizadas conferências livres, presenciais e virtuais, consulta nacional às populações tradicionais, além de etapas municipais, estaduais e nacional. Nelas foram debatidos assuntos como educação, trabalho, cultura, participação, esporte, drogas, violência, saúde, sexualidade, vida urbana e rural etc.

A Conferência contou com 26 etapas estaduais mais a do Distrito Federal, chegando a reunir na base mais de meio milhão de pessoas.

Só em Pernambuco cerca de 2000 jovens amontoavam-se na etapa estadual da Conferência, que discutiu e aprovou inúmeras resoluções sobre temas



Selo postal alusivo à Conferência

1º Conferência Nacional de Juventude reúne 400 mil jovens, inova nos formatos institucionais e contribui para uma nova visão de Estado democrático



Militantes do movimento juvenil participam da Conferência

como passe livre, criação e expansão de espaços poliesportivos, gratuidade no ensino público, implementação de secretarias e conselhos municipais de juventude etc. Em Pernambuco - e no Nordeste como um todo - também tiveram bastante destaque propostas relacionadas à juventude do campo. A aula-espetáculo “Somos todos cientistas” fez parte da programação cultural, bem como apresentações de frevo, maracatu, ciranda, côco e cavalo-marinho, entre outras.

No Estado do Paraná educação e trabalho foram os temas prioritários da Conferência Estadual. A ampla participação

de jovens mulheres resultou no fato de que, dos 10 delegados mais votados daquela conferência, sete foram mulheres. Erinéia dos Santos, quilombola, a mais votada, Rosana Cláudia Botelho, representando os adolescentes privados de liberdade, e Michely Ribeiro da Silva, pelas jovens negras do estado, foram algumas das delegadas mais votadas.

Em São Paulo jovens circenses entraram na etapa estadual da Conferência realizando malarismos e pirotecnias. Na eleição dos delegados à etapa nacional candidataram-se dezenas de lideranças, sendo pequena a diferença de votos entre o delegado mais e o menos votado.

A Conferência Nacional de Juventude concretiza um novo modelo de elaboração e implementação de políticas públicas: um modelo participativo, que busca incorporar a experiência e a vivência dos próprios jovens, além de dar voz e poder aos movimentos e organizações juvenis.



Plenária da Conferência Nacional de Juventude

No Distrito Federal drogas e violência foram temas amplamente discutidos. W., jovem que participou ativamente dos debates, sintetizou o rol de propostas aprovadas com a seguinte frase: “Não adianta reprimir, quanto mais se fala ‘diga não às drogas’ mais aparecem dependentes”, justificando a tática obsoleta utilizada nas campanhas anti-drogas.

Toda essa diversidade esteve representada em Brasília através das centenas de delegados e participantes de todo o Brasil que lotaram os pavilhões A e B do Parque da Cidade. Lá, após um amplo processo de debates em grupos, a plenária final da Conferência aprovou 69 resoluções e 22 prioridades que expressam as principais demandas da juventude brasileira.

Para o Presidente do Conselho Nacional de Juventude e coordenador da Conferência Nacional, Danilo Moreira, “a conferência, em suas diversas etapas, teve bons debates e grande representatividade, garantindo que jovens de diversos segmentos e municípios pudessem ter suas discussões consideradas no debate da etapa nacional”.

Por seu potencial mobilizador e de promoção do diálogo democrático, merece destaque a criação, em 2005, do Conselho Nacional de Juventude, que conta com a participação de governo e organizações da sociedade civil.

Significado da Conferência

A Conferência Nacional de Juventude concretiza um novo modelo de elaboração e implementação de políticas públicas: um modelo participativo, que busca incorporar a experiência e a vivência dos próprios jovens, além de dar voz e poder aos movimentos e organizações juvenis.

Ao convocar a 1ª Conferência Nacional de Juventude, o Governo Federal efetivou um importante espaço de diálogo e participação envolvendo organizações juvenis, sociedade brasileira em geral e gestores. A Conferência propicia a apresentação de demandas específicas desse

segmento social, e coloca para o Brasil a possibilidade de incorporar a juventude na elaboração de políticas públicas. Amplia-se com isso a possibilidade de ações governamentais pautadas na compreensão efetiva das dificuldades e dos desafios relacionados às diversas dimensões da vida juvenil.

A trajetória das PPJ no Governo Lula

A realização da 1ª Conferência Nacional de Juventude representa o ápice de um processo democrático e participativo que começou ainda em 2002, durante o processo de discussão do programa de juventude da primeira candidatura Lula. Nesse período teve início um amplo debate visando a elaborar um novo conceito de Políticas Públicas para a Juventude (PPJ). Desde a construção do programa de juventude da coligação Lula Presidente foram incorporadas inúmeras organizações juvenis, juventudes partidárias, ONG's, intelectuais etc. Após muito debate formatou-se, em linhas gerais, uma proposta de política para a juventude brasileira.

Mais tarde, com a vitória das forças políticas e sociais que levaram Luís Inácio Lula da Silva ao governo da República, cresceu a pressão da sociedade no sentido da implementação de ações eficazes. Dessa forma a temática da juventude ganhou espaço na agenda nacional, fazendo com que se multiplicassem iniciativas que contribuíram para vincar o tema juventude entre as prioridades da sociedade brasileira.

Em 2003 as discussões deslancharam através de diversas iniciativas da sociedade civil organizada, como o Diálogo Nacional dos Movimentos e Organizações Juvenis e o Projeto Juventude - amplo programa de debates e pesquisas conduzido pelo Instituto Cidadania entre os anos de 2003 e 2004 com o objetivo de formular uma proposta de política para a juventude brasileira.

No âmbito do Estado, representa um marco desse processo a constituição, na Câmara dos Deputados, da Comissão Especial de PPJ, que a partir de 2003 realizou audiências públicas, encontros regionais, um seminário e uma conferência nacional sobre a temática. No Poder Executivo a criação, em 2004,

do Grupo Interministerial de Juventude, que reuniu 19 ministérios e produziu um amplo diagnóstico, representou o embrião da nova política nacional de juventude.

Culminando esse processo, uma nova institucionalidade foi inaugurada, envolvendo tanto instrumentos de ordenamento legal quanto os órgãos encarregados da nova política de juventude.

Por seu potencial mobilizador e de promoção do diálogo democrático, merece destaque a criação, em 2005, do Conselho Nacional de Juventude, que conta com a participação de governo e organizações da sociedade civil (ONGs, movimentos juvenis e entidades de representação). O Conselho tornou-se um importante espaço de interlocução com a sociedade, e sua criação representa um considerável passo o êxito do novo modelo de PPJ, que precisará contar com a participação efetiva dos jovens em sua elaboração, avaliação, proposição e execução.

É claro que essa experiência ainda precisa ser aprimorada, inclusive porque é a primeira da história republicana brasileira. Nesse sentido, os movimentos juvenis precisam ser ainda mais

valorizados como fonte de interlocução privilegiada, ao mesmo tempo em que devem preservar sua autonomia e independência. E cabe também aos próprios movimentos de juventude a tarefa de criar mecanismos que ampliem a participação dos jovens nos debates do Conselho.

Que PPJ esperamos ter com esse processo?

De um processo tão radicalmente participativo não poderíamos esperar senão políticas públicas profundamente antenadas nos anseios da juventude brasileira.

Ao contrário das políticas de juventude que tínhamos nos anos 90, marcadas pela desarticulação e fragmentação entre os atores de governo, pela ausência de diálogo com os movimentos juvenis e pela tendência de privilegiar a relação com as ONGs, no contexto de um projeto que promovia a terceirização predatória do Estado, hoje temos políticas gestadas por vias radicalmente diferentes.

O novo modelo de políticas públicas que compreende a juventude como sujeito de direitos difere radicalmente da perspectiva conservadora e



Plenária da Conferência Estadual de Juventude do Paraná

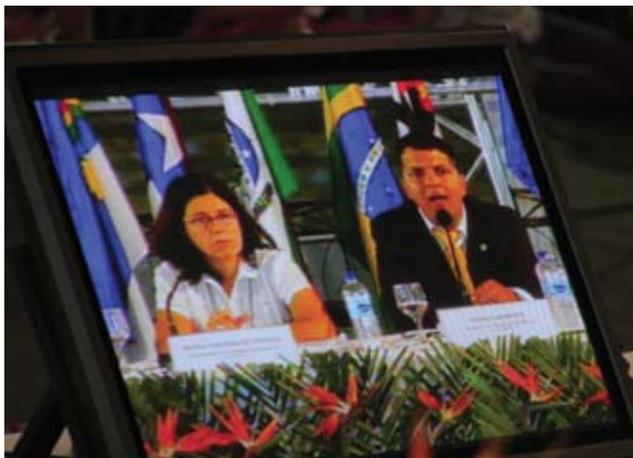
Os movimentos juvenis precisam ser ainda mais valorizados como fonte de interlocução privilegiada, ao mesmo tempo em que devem preservar sua autonomia e independência.

policialasca dos anos 90 – cujo resultado mais visível em termos de políticas públicas são as Febem's, a proposta de redução da idade penal e os sucessivos cortes de verbas para a educação no estado de São Paulo.

Ao contrário dessa receita neoliberal anteriormente praticada – que via o jovem como problema e não como parte da solução –, as políticas que temos hoje percebem a juventude como um importante sujeito da dinâmica social, política, econômica e cultural, sujeito este que precisa ser incorporado como ator destacado no processo de construção de um novo modelo de desenvolvimento, com crescimento econômico e bem-estar social.

E agora?

Sabemos que as políticas em desenvolvimento no Governo Lula ainda apresentam uma série de problemas e distorções, que precisam ser solucionados e corrigidos. É claro que a política econômica vigente interfere diretamente nas ações governamentais como um todo e naquelas voltadas à juventude de modo particular. Juros altos, por exemplo, inviabilizam um processo mais robusto de crescimento econômico, processo este que tem na juventude um de seus principais beneficiários. Além disso, podemos afirmar que, embora possamos detectar um salto de qualidade em sua concepção, muitos programas ainda são tímidos para a demanda, dado que atingem um número relativamente pequeno de jovens. Há também algumas ações, a exemplo do Programa Primeiro Emprego, que se revelaram assentadas em pressupostos equivocados e não atingiram seus objetivos, devendo ser reformuladas.



Maria Virgínia Freitas (vice-presidente do Conjuve) e Danilo Moreira (presidente do Conjuve) na sessão de abertura da Conferência Nacional de Juventude

O novo modelo de políticas públicas que compreende a juventude como sujeito de direitos difere radicalmente da perspectiva conservadora e policialasca dos anos 90 – cujo resultado mais visível em termos de políticas públicas são as Febem's, a proposta de redução da idade penal e os sucessivos cortes de verbas para a educação no estado de São Paulo.

Mas esses e outros problemas nem de longe são capazes de esconder os inúmeros avanços que tivemos. Podemos afirmar, sem sombra de dúvida, que a política de juventude do atual governo vai no mesmo sentido da idéia geral que levou à eleição de Lula em 2002: a da construção de um novo projeto de país, baseado em uma visão de ampliação da democracia e dos direitos sociais. Levante você também a sua bandeira!

***FERNANDO GARCIA** é historiador, diretor de estudos e pesquisas do CEMJ



Militante da diversidade sexual participa da Conferência

